



Não existe solução para a crise climática sem Povos e Territórios Indígenas

Mensagem dos povos indígenas do Brasil ao presidente Lula, na COP28

2 DE DEZEMBRO DE 2023 | DUBAI - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Em 2023 registramos o período mais quente da história da humanidade. Vivenciamos com mais frequência eventos climáticos extremos, que afetam em cheio nós, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e população que vive nas periferias.

Somos nós, povos indígenas, os protetores de 80% de toda a biodiversidade do planeta, segundo dados da ONU. E acessamos diretamente menos de 1% do financiamento climático global.

A responsabilidade da preservação não pode ficar apenas com os povos indígenas. Devemos cobrar os países colonizadores e ricos, mas não podemos esperar que eles façam por nós o que nunca fizeram. Se eles são desenvolvidos, foi às custas das nossas riquezas e do nosso sangue.

Estamos mais uma vez no principal encontro global para debater as mudanças climáticas para afirmar: **NÃO EXISTE SOLUÇÃO PARA A CRISE CLIMÁTICA SEM POVOS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS!**

Demarcar nossas terras e proteger nossos territórios é responsabilidade do governo do Brasil. Estas são políticas que devem ser executadas já. Mostrando ao mundo a grandeza e soberania do Brasil.

Queremos metas e prazos para a homologação, proteção e garantia da posse plena e permanente das nossas terras em todos os biomas: Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampas, Pantanal e Amazônia.

Precisamos enfrentar a agenda anti-indígena do Congresso Nacional que viola nossos direitos. E reforçamos a necessidade de maior fortalecimento das políticas voltadas para os povos indígenas, bem como o fortalecimento do Ministério dos Povos Indígenas, da Funai, da Sesai e da nossa educação indígena diferenciada.

Nós da **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib**, em conjunto com todas as nossas organizações regionais de base (**Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime)**, a **Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)**, a **Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste)**, a **Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu)**, a **Comissão Guarani Yvyrupa**, a **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)** e o **Conselho do Povo Terena**) destacamos aqui pontos cruciais ao presidente Lula na ocasião desta COP 28 e colocamos em anexo o nosso manifesto Emergência Indígena.

- 1. Demarcação imediata das 8 Terras Indígenas**, que estão na relação de 14 Terras, que deveriam ser homologadas nos primeiros 100 dias de mandato, como indicado pelo relatório do Governo de Transição.
- 2. Apoio político e orçamentário** para o prosseguimento das demarcação, homologação, proteção e garantia da posse plena e permanente de **TODAS as Terras Indígenas existentes em todas as regiões** e biomas do Brasil. Cerrado, Pampas, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Amazônia.
- 3. Fortalecimento do Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI e Sesai** com dotação orçamentária robusta e compatível com os desafios de fortalecer as políticas e ações voltadas para os povos indígenas.
- 4. Garantir o fortalecimento da Saúde Indígena** através da Sesai e impedir a municipalização das políticas e ações voltadas para os povos indígenas na área da saúde.
- 5. A criação da Secretaria de Educação Indígena** no âmbito do Mec, como compromisso assumido na transição de governo, como forma de fortalecimento da educação indígena de qualidade para todas as pessoas no ensino primário, médio, superior, graduação, pós-graduação, pesquisa e Extensão
- 6. Revogação imediata do Parecer 001 da AGU**, feita durante o governo golpista de Michel Temer, que obriga a Administração Pública Federal a aplicar as 19 condicionantes que o STF estabeleceu no julgamento do caso "Raposa Serra do Sol", institucionalizando a tese do Marco Temporal e que não há motivo algum para esse parecer ainda vigorar.
- 7. Garantir a retirada de invasores das Terras Indígenas, em todo Brasil**, e fortalecer a continuidade da desintrusão das TIs Apyterewa e Trincheira Bacajá, no Pará, que sofre forte pressão política para ser paralisada.
- 8. Apoio político para interromper a agenda anti-indígena** no Congresso Nacional com compromisso concreto da Casa Civil e do Ministério de Relações Institucionais

9. *Maior empenho no **combate a mineração e garimpo ilegal nas Terras Indígenas**. Destacamos a necessidade de continuidade na proteção ao povo Yanomami e apoio ao povo Mura para impedir a exploração de potássio no seu território, no Amazonas.*

10. *Fortalecimento das **ações de enfrentamento das violências** cometidas contra os povos indígenas. Exigimos maior empenho para proteção do povo Pataxó, na Bahia, e do povo Garani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul.*

11. *Exigimos que o **projeto para explorar petróleo** na foz do Amazonas, no Amapá, e demais projetos de exploração de petróleo e gás **sejam cancelados**. Queremos uma transição energética justa longe dos combustíveis fósseis.*

DIGA AO POVO QUE AVANCE

